



**UNISUL**

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

EL SHADDAY CÂNDIDO DOS SANTOS

O CRESCIMENTO DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA E OS DESAFIOS DA  
ESTABILIDADE ECONÔMICA

Palmas

2017

EL SHADDAY CÂNDIDO DOS SANTOS

O CRESCIMENTO DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA E OS DESAFIOS DA  
ESTABILIDADE ECONÔMICA

Projeto de pesquisa apresentado ao  
Curso de graduação em Ciências  
Econômicas, da Universidade do Sul de  
Santa Catarina, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Professor JAILSON COELHO, Doutor.

Palmas

2017

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>04</b>
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA.....	04
1.2 OBJETIVOS .....	05
1.2.1 <i>Objetivo geral</i> .....	05
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i> .....	06
1.3 JUSTIFICATIVA.....	06
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	06
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>08</b>
<b>2.1- EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.....</b>	<b>08</b>
2.1.1- Inflação, Juros e Câmbio.....	08
2.1.1.1-Governo Sarney.....	09
2.1.1.2 Governo Collor/Itamar Franco.....	12
2.1.1.3 Governo Fernando Henrique Cardoso.....	14
2.2- Histórico de Renda Média.....	17
2.3- A ASCENSÃO DA CLASSE MÉDIA E O CONSUMO.....	17
2.4 PLANO REAL:CONSIDERAÇÕES.....	22
<b>3.APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>25</b>
3.1. ANÁLISE E DESCRIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA.....	25
3.2.2 COLETA DE DADOS .....	25
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, o Brasil vem entrando no cenário mundial como uma das prováveis potências econômicas no mundo desenvolvido. Devido ao Plano Real, os brasileiros viram-se livres de um contexto de hiperinflação, indexação de preços e privação de alimentos nos supermercados. Graças à abertura econômica do começo dos anos 90, as indústrias nacionais não tinham outra opção senão a incrementar qualidade face ao maior influxo de mercadorias estrangeiras. A renda foi sempre corroída pela inflação, a qual mudava diariamente, comprometendo continuamente o poder de compra das classes baixa e média. Hoje, a distribuição de renda é crescentemente maior. O PIB crescia pouco e quando crescia era insustentável, já que sempre houve combinação mortal de inflação alta e juros altos. Nos últimos anos, alcançaram-se as menores taxas de juros e de inflação na história.

A história mudou, e muito. Em um ambiente de grande oferta de produtos, juros baixos e inflação controlada, a população de baixa renda começou a subir para a classe média. Essa inserção de pessoas abaixo da linha da pobreza na classe média não foi só resultado de programas assistencialistas ou por discurso político de inclusão, mas sim pelo consumo (RICCI,2010). Essa parcela da população, atraída a consumir o que antes não podia e talvez ainda nem possa, já corresponde à metade da população brasileira (RICCI, 2010). No entanto, muito consumo gera inflação e para frear esta, se aumenta os juros, formando-se daí uma combinação insustentável para um país que almeja ser desenvolvido.

### EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

Após a abertura da economia, em meados dos anos 90 e o Plano Real, a população brasileira se viu em um ambiente de mais competitividade de produtos e sem o carma sufocante da inflação. A economia sentiu os primeiros sinais de que poderia crescer de maneira sustentável e com mais distribuição de riqueza. Foi, então, com as políticas voltadas ao combate à pobreza que, a partir de 2001 até 2010, metade da população brasileira já compunha a classe média (RICCI, 2010). A política monetária

durante o governo Lula sempre foi muito rígida quanto ao aumento da inflação, monitorando fortemente as mais leves variações, pois temia deterioração do poder de compra dos brasileiros. O Banco Central (BACEN) veio obtendo sucesso até então, no entanto, vê-se que nos anos de 2010, 2011 e 2012, o consumo subiu tanto que a inflação deu sinais de descontrole, levando o BACEN a aumentar as taxas básicas de juros, fato este que, para um país desenvolvido que o Brasil pretende ser, é sinônimo de crédito caro, câmbio instável, investimento produtivo baixo e pouco o consumo. A Classe Média, como foi visto, é o motor do crescimento do país, para tal, o tema a ser estudado é: ' Classe Média- Histórico e Perspectivas'.

São muitos fatores envolvidos na questão do crescimento econômico, como interferências políticas, políticas cambiais, monetárias e de mercado de capitais. O que se tem procurado é uma saída otimizada para articular inflação e juros, consumo e investimento, exportações e importações para propiciar uma manutenção sustentável da classe média forjada nos últimos anos. Esse estudo contribui para essa discussão ao trazer dados e inter-relação de variáveis ou indicadores que ponderadamente observados e controlados possam concorrer para a estabilidade do crescimento de consumo.

Para isso chega-se ao seguinte problema de pesquisa: Como as políticas do governo poderão manter um crescimento sustentável da classe média, conciliando inflação controlada e baixa taxa de juros?

## OBJETIVOS

### Objetivo geral

Apresentar o histórico de crescimento da classe média brasileira e identificar, através de perspectivas econômicas, as variáveis que possam manter esse crescimento sustentável, sendo as principais a inflação e os juros.

## Objetivos específicos

- Analisar o cenário econômico que propiciou o aumento de renda da população brasileira.
- Verificar a conjuntura econômica atual através do consumo, inflação e juros.
- Identificar quais os fatores que afetam diretamente o consumo interno, como o dólar e a entrada de capital estrangeiro no país.

## JUSTIFICATIVA

O resultado da pesquisa desse projeto é de fundamental importância para termos uma visão mais clara das grandes transformações ocorridas a partir do crescimento econômico e suas consequências a fim de entender qual foi o papel destas políticas para a atual condição da economia brasileira, e como as políticas econômicas do governo refletiu para construir essa economia e assim elucidando algumas questões, sobre as políticas macroeconômicas. Então o presente projeto consiste no auxílio, para entendimento da atual conjuntura econômica. Desta forma, ele torna-se passível de pesquisa posteriores.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### Delineamento da Pesquisa

Esta pesquisa é exploratória e descritiva. Primeiro, porque na pesquisa descritiva não há interferência do autor, este não emite opiniões, apenas descreve os fatos e suas ocorrências através da pesquisa 'documental' e/ou 'bibliográfica' e 'pesquisa-de-campo' (TATIM; DIEHL, 2004). Por segundo, é exploratória porque tem o objetivo de obter maior familiaridade com o tema, expondo-o e construindo hipóteses (TATIM; DIEHL, 2004). A abordagem de estudo é mista, qualitativa e quantitativa, pois trabalha as estratégias, respectivamente, por meio de correlação estatística de variáveis coletadas para obter resultados e evitar distorções e por meio da descrição da complexidade de

determinado problema e a interação de certas variáveis e do entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (TATIM; DIEHL, 2004). E os procedimentos técnicos usados para a pesquisa são a pesquisa bibliográfica e a documental.

#### -Variáveis de Estudo

Inflação- é definida como um aumento generalizado e contínuo dos preços, quando ao contrário, ocorre uma baixa generalizada e contínua dos preços, tem-se o conceito inverso ao de inflação: a deflação. Mas o aumento de preço de um produto não constitui inflação, pois é isolado e não geral (GREMAUD; VASCONCELLOS; JÚNIOR, 2007). A inflação acarreta perda do poder aquisitivo da moeda.

Taxa de Juros- reflete o preço do consumo hoje em termos de consumo futuro, isto é, corresponde ao custo de oportunidade do consumo presente, assim, quanto maior for a taxa de juros, mais os indivíduos vão querer poupar hoje, o que reduzirá o consumo presente. A taxa de juros alta estimula a poupança e encarece o consumo presente (GREMAUD; VASCONCELLOS; JÚNIOR, 2007).

Distribuição de riqueza- dentre os vários tipos de distribuição de renda, o analisado será o ' pessoal', que reflete o grau de concentração de rendimentos entre os residentes do país, dividido entre grupos de população dos mais pobres aos mais ricos (GREMAUD; VASCONCELLOS; JÚNIOR, 2007).

Taxa de câmbio- é o valor que uma moeda nacional possui em termos de outra moeda nacional; é a taxa pela qual duas moedas de países diferentes podem ser trocadas (cambiadas) (GREMAUD; VASCONCELLOS; JÚNIOR, 2007).

#### POPULAÇÃO E AMOSTRA

Este estudo baseia-se no ambiente da classe média brasileira, identificada por sua representação na riqueza nacional, seu nível de consumo, como sofre a influências

da inflação, juros e câmbio. Os dados e informações relativos a essas variáveis serão coletados em livros de Economia, Boletins Econômicos, Dados de Instituições Públicas, etc.

## **-PROCEDIMENTO E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS**

Será utilizada a pesquisa de internet, a qual fornece boas referências que talvez a biblioteca não possua, mas o pesquisador deve procurar as informações confiáveis, adotando critérios de pesquisa para não perder tempo e evitar desgaste (TATIM; DIEHL, 2004). E a pesquisa bibliográfica dos autores citados acima, e de documentos de órgãos governamentais.

A análise de conteúdo usada é um conjunto de técnicas que buscam contar a frequência dos fenômenos e procuram identificar a relação entre eles, com a interpretação dos dados se valendo de modelos conceituais a priori (TATIM e DIEHL, 2004).

## **2- REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1- EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO**

#### **2.1.1- Inflação, Juros e Câmbio**

A economia brasileira pode ser dividida em oito fases de desenvolvimento no período recente (GREMAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, 2007):

1. Agro- exportação- até 1930;
2. Substituição das importações- 1962/61;
3. Crise dos 60 e o Paeg- 1962/67;
4. Milagre econômico- 1968/73;
5. Endividamento externo- 1974/79;
6. Crise dos 80: processo de ajuste externo- 1980/85;
7. Políticas de combate à inflação da Nova República- 1986/93;
8. Plano Real - 1994

Como o objetivo desse estudo é avaliar a inter-relação de variáveis influenciadoras do consumo, abordaremos as duas últimas grandes fases econômicas que envolvem toda a história de inflação e juros das últimas duas décadas do século XX. Trata-se, posteriormente da ascensão da classe média, num contexto de inflação controlada e juros reduzidos.

Houve várias tentativas ao longo dos anos 80 até começo dos 90 de combater a chamada 'inflação inercial', caracterizando-se como a meta principal do governo. Destaquem-se os planos: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990), Collor II (1991) e Real (1994). Todos estes, com exceção do Real, obtiveram sucessivos erros e insucessos com os quais os governantes foram aprendendo com a lógica do período, pois se encontravam em um contexto de exclusão dos fluxos de capitais internacionais, o que dificultava o processo de estabilização (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, 2007).

#### 2.1.1.1-Governo Sarney

A inflação começou a subir vertiginosamente a partir de 1973 devido a sucessivos choques externos e internos e foi muito propagada pelos mecanismos formais e informais de indexação na economia. A curva de Philips, que engloba a lógica da oferta e da demanda, não mais explicava o surto de inflação no Brasil, a qual, mesmo em período recessivo, apresentava níveis absurdos (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p.433, 2007).

Em 1984, houve um aumento nas exportações que fez o Brasil crescer 5,3% aliado aos projetos do PND e à situação externa equacionada. A inflação estava a 200% a.a. e os balanços de pagamentos em transações correntes equilibrado. O quadro político era muito conturbado, Tancredo Neves foi eleito e veio logo a falecer dando lugar a seu vice José Sarney. Esse governo foi uma transição do regime militar para a democracia. Tal contexto caracterizou a nova república. O ministério presidencial era muito heterogêneo marcando, pois, um período de grandes mudanças na política econômica (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p.434 2007).

A um primeiro momento houve, com o ministro Francisco Dornelles, o apoio aos 'choques heterodoxos' no combate à inflação, com medidas de austeridade fiscal, controle monetário-creditício e também o controle tarifário. Mas a partir de junho de 1985, houve aceleração inflacionária e a queda do ministro e a substituição por Dílson Funaro, o qual também se mostrava contrário ao combate ortodoxo da inflação, caracterizado pela não intervenção direta do governo nos preços. O novo ministro apoiou-se em economistas da linha pós keynesiana, surgindo duas novas correntes: os Inercialistas, que propõem o congelamento dos preços durante seis meses, e os pós-keynesianos, que defendiam a 'normalidade' dos preços. A união dessas duas correntes deu início ao Plano Cruzado (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p.235, 2007).

O Plano Cruzado foi aplicado no começo de 1986, logo após a aceleração inflacionária. O Plano introduziu uma nova moeda, substituindo o cruzeiro pelo cruzado. Teve como principais medidas o abono do salário mínimo em 16%, o 'gatilho salarial' – acionado toda vez que a inflação atingisse 20% e o congelamento de preços, medida esta que foi a mais importante do plano. As cenas de fechamento de estabelecimentos que desrespeitassem o congelamento retrataram a união do governo com a população contra a inflação, o que gerou uma queda e a crença no sonho de inflação zero. No entanto, ao adotar essa medida, o governo não deu prazo para a descompressão, o que pegou alguns setores defasados e com preços muito dispersos. Ademais, o país já vinha crescendo a taxas altas nos dois anos anteriores, o que, por si só, já pressionava os salários reais e a utilização da capacidade instalada. E o plano traria novos estímulos ao consumo e ao investimento, tal fato aumentou a dificuldade de estabilização e manutenção do congelamento (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p. 439,2007).

O consumo aumentou devido à maior oferta de moeda, ao aumento de salário e até a própria ilusão monetária. Mas essa expansão da demanda pressionou os mercados, principalmente aqueles que antes estavam defasados pelo congelamento e por aqueles que possuíam alta elasticidade-renda. O aumento da renda real levou até mesmo à escassez de produtos. O governo não queria abrir mão do congelamento de preços ao tentar resolver o problema de oferta, usou, pois, de instrumentos como

isenção de impostos, subsídios, liberação da importação de produtos alimentícios etc. Os agentes achavam inúmeras maneiras de fugir do controle do governo, tornando inócuo o congelamento e deteriorando o lado fiscal e as contas externas (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p. 441, 2007).

O plano Cruzado II tentou atingir o déficit público pelo aumento de receita em 4% do PIB, com base no aumento de tarifas e dos impostos indiretos, tentando alinhar alguns preços, principalmente dos bens de consumo da classe média. Mas logo os controles de preços romperam-se e a indexação voltou pior do que antes, pois os salários estavam sendo reajustados praticamente todo mês. Como os aplicadores exigiam uma remuneração que incluísse a expectativa de inflação, as taxas reais de juros começaram a crescer, o que aliado à restrição do crédito levou a um desaquecimento da economia juntamente com deterioração da oferta devido ao congelamento. A inflação de 20% a.m. culminou na queda do ministro Funaro e na posse de Bresser Pereira (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p. 445, 2007).

Os vários erros do plano Cruzado serviriam como grande experiência para os últimos anos do governo Sarney. Lançou-se o plano Bresser, que dispunha de políticas monetárias e fiscais ativas e taxa real positiva. O plano obteve uma queda inicial de inflação, recuperou a balança mas derrubou a produção industrial. Logo o funcionalismo e vários outros setores fizeram reposições salariais devido à descompressão dos preços. O descontrole fiscal levou o ministro Bresser a pedir demissão e assumiu o Ministro Maílson de Nóbrega, em dezembro de 1987 (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p. 449, 2007).

A política 'feijão com arroz' do ministro Nóbrega surtiu efeito no primeiro semestre com inflação controlada abaixo de 20%, mas a Constituição deteriorou o orçamento federal ao obrigar maiores transferências de impostos a Estados e Municípios sem maior contrapartida. Mesmo tentando acordo com empresários e trabalhadores por um redutor de prefixação, a inflação chegou ao final do ano superior a 30%. Foi então adotado o Plano Verão que visava a conter os gastos públicos e aumentar as taxas de juros e a desindexar a economia, com o congelamento de preços. Surgiu o Cruzado Novo e os salários eram convertidos pela média dos últimos 12 meses mais a aplicação da Unidade Referencial de Preços (URP), a qual sempre sub-

indexava o salário. As incertezas políticas, o descontrole fiscal e o monetário levaram a uma hiperinflação de 80% a.m. no último mês de governo Sarney (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p. 451, 2007).

Um grande aprendizado propiciado pelo governo Sarney e seus planos heterodoxos foi de que seu insucesso se deveu à enorme liquidez de haveres financeiros não monetários – aplicações financeiras de monetização rápida- que levavam um aumento abrupto de bens de consumo. Essa ‘fuga’ de ativos financeiros foi decorrente da queda na taxa de juros nominais e a expectativa e risco de inflação, o que impedia o rompimento com a indexação. Para evitar especulação, deveriam manter altas e estáveis as taxas de juros. Então, com a inexistência de operações de crédito e empréstimos, o governo já se via fazendo diariamente a indexação de seus títulos de créditos (único instrumento monetário de que dispunham). Assim, houve a chamada ‘moeda indexada’ que inviabilizou as políticas do governo e seus planos de estabilização (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p. 455, 2007).

#### 2.1.1.2 Governo Collor/Itamar Franco

Iniciou-se o governo Collor e com ele um novo plano de combater a inflação. Tal plano teve como principais medidas a redução da liquidez da economia, com o bloqueio de metade dos depósitos à vista e um terço dos depósitos de poupança, uma reforma de ajuste fiscal, o congelamento de preços e a desindexação dos salários em relação à inflação passada, adoção da taxa cambial flutuante e a abertura comercial. O confisco da liquidez gerou uma desestruturação produtiva na economia, houve desemprego, deflação e redução nos salários. A ideia era tentar, a partir dessas condições, terminar com a indexação, controlar a liquidez, a fim de que esta fosse refletida pelas taxas de juros. Houve insucesso para tal controle de fluxos e, com medo da recessão, o BACEN, sob pressão, retomou a liquidez de forma direcionada e desproporcional, levando a economia novamente à inflação (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p 455, 2007).

Um dos fatores que também influencia na inflação é o câmbio. O Plano Collor I teve fracasso porque, ao abrir a economia ao setor externo, sofreu com o aumento do

preço do petróleo durante a Guerra do Golfo, o qual deteriorou a balança comercial, tirando os fluxos de capitais que possibilitassem a manutenção dos déficits em transações correntes. Intervindo no mercado cambial, o BACEN acarretou uma forte desvalorização cambial, alimentando ainda mais o processo inflacionário (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p 455, 2007). Segundo Barbosa (2010), a depreciação cambial tem, inicialmente, um impacto positivo na inflação por causa do choque de oferta, mas, a longo prazo, influencia o grau de proteção dos produtores domésticos frente aos internacionais.

Em 1992, a proposta de restrição de crédito e recuperação das finanças públicas para o combate à inflação levou a uma recessão. Impeachment e desempenho fiscal comprometeram a cena política. E o governo de Itamar Franco não usou de congelamento, confisco ou coisas do tipo. O ministro Fernando Henrique Cardoso conduziu um reajuste fiscal nas contas públicas, o que junto com um novo acúmulo de reservas pelo fluxo externo e a maior abertura comercial prepararam condições para a aplicação de um novo plano: o Plano Real (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p 460, 2007).

O plano real foi visto como a adoção da proposta de reforma monetária. A implementação do plano foi gradual e não recorreu a congelamentos e sim a uma 'substituição natural' de moeda. Primeiro, procurou-se um ajuste fiscal, depois uma indexação completa da economia – Unidade Real de Valor (URV) e, então, a reforma monetária – transformação da URV em reais (R\$). No final de fevereiro de 1994, o governo adotou o indexador URV, cujo valor em cruzeiros reais seria indexado diariamente dentro de um sistema bi monetário. Com isso a inflação persistia na moeda do cruzeiro real e não na URV. Logo houve a conversão do Cruzeiro Real para o Real, que era diariamente convertido dividindo-se o valor da URV do dia. Primeiramente alguns agentes tentavam tomar proveito e elevar seus preços por temeridade ou para vantagem, mas não houve mais condições de manter preços elevados. O plano também associou a isso a restrição monetária que impedia a especulação, os surtos de demanda e os repasses de custos para preços por parte dos agentes. Ademais, a valorização cambial decorrida da taxa flutuante, que o governo adotou para diminuir

suas reservas para fins de contenção monetária, deu possibilidade às importações e tratou dos preços internos (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p. 460, 2007).

A demanda começou a aumentar, mas não teve surtos, já que o governo seguiu a política monetária restritiva. A população de baixa renda não pagava mais o chamado 'imposto inflacionário' e dispunha de mais crédito na economia, mais devido ao grau de certeza quanto às prestações a serem pagas nos empréstimos do que o custo do financiamento em si – as taxas nominais de juros caíram, mas as reais não. E o câmbio flutuante matinha os preços internos acomodados aos nacionais, estratégia esta muito eficiente para os 'bens tradeables' (comercializados no exterior). No entanto, o setor de serviços com aluguel, mensalidade escolar, alimentação fora de casa e médico não sofrem ação do câmbio desvalorizado (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p 479, 2007).

#### 2.1.1.3 Governo Fernando Henrique Cardoso

No primeiro ano do governo FHC, houve um desajuste na dívida externa brasileira pela balança comercial e a crescente perda de reservas cambiais. A medida do governo para isso foi de, no começo de 1995, era corrigir a taxa cambial pelo sistema de minibandas para não afetar a taxa de inflação e levantar o risco de indexação e controlar a demanda interna pela restrição de crédito e aumento da taxa de juros – o que aumentava a atratividade das contas públicas perante os investidores estrangeiros. Esse aumento de taxa de juros levou à inadimplência dos consumidores e das empresas.

Tal política concorreu junto com a irracionalidade dos consumidores para uma crise financeira no segundo trimestre de 1995, culminando na quebra de dois bancos (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p 487, 2007).

O governo ajudou os bancos a se reestruturar através do Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro). Isso gerou preocupação quanto aos gastos públicos. A política cambial também precisaria de reforma pois com câmbio flutuante o país estaria exposto a riscos e choques externos, apreciando o câmbio e as reservas convertidas teriam que ser esterilizadas para o não

expansionismo monetário, o que aumentou a dívida pública. Baixos superávits primários e muitos encargos financeiros deterioraram a situação fiscal e, para piorar, em 1998, veio a crise russa que detonou as reservas cambiais e espantou os investidores de capitais. Em meio a uma nova eleição e a crise russa, o governo, latente, iniciou uma mudança cambial (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p 487, 2007).

Em 1999, o governo abandonou as bandas cambiais e passou para o câmbio flutuante e o impacto imediato foi uma desvalorização cambial de 70% nos primeiros meses, chegando a superar R\$ 2,00 em fevereiro/1999. Criou-se o Comitê de Política Monetário (Copom), o qual estipulou uma meta para a taxa de juros da ordem de 45% a.a. para conter a saída de recursos e diminuir o processo especulativo em torno do câmbio. Para a recomposição da taxa de cambio houve a compensação de aumento dos preços dos produtos transacionáveis pela diminuição dos preços dos não transacionáveis pelo arrefecimento do consumo. Houve queda na taxa de inflação, mas maior pressão sobre os índices de preços dos bens transacionáveis (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p 498, 2007).

Dentro desse contexto, o Banco Central passou a adotar o sistema de Metas de Inflação como regra para a política monetária, baseado na 'Regra de Taylor': quando a inflação sobe, aumentam-se as taxas de juros e quando a inflação desce o Copom reduz as taxas de juros. As taxas de juros influem basicamente no componente 'demanda' da inflação. Finalmente, o governo poderia sustentar uma desvalorização cambial e o conseqüente reajuste das contas externas sem a pressão inflacionária (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p 502, 2007).

O aumento da dívida pública foi a consequência da desvalorização cambial, já que grande parcela dos títulos públicos estavam atrelados ao dólar. Mas no segundo semestre o governo diminuiu esses gastos, pois pôde reduzir a taxa de juros em razão dos avanços nas contas externas e a contenção da inflação. O tripé de consistência macroeconômica (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário) possibilitou um crescimento econômico de 4,3% em 2000. (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p 507, 2007).

Tal crescimento não se manteve nos anos seguintes devido à crise na Argentina, que acarretou fuga de capitais e muita desvalorização cambial, e a crise energética, que pressionou os custos e a inflação.

O Banco Central interrompeu a queda de taxas de juros e passou a elevá-la, retraindo os investimentos. Esse contexto inflação gerada por pressões cambiais, acompanhadas de elevações de juros e dívida pública encerrou o mandato de Fernando Henrique Cardoso, um governo que conseguiu estabilidade, mas sem crescimento econômico (GRENAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, p 507, 2007).

A seguir apresentamos um gráfico comparativo em relação ao desempenho econômico dos governos de Sarney, Collor/Itamar e Fernando Henrique Cardoso.

GRÁFICO COMPARATIVO ANALISANDO O CRESCIMENTO E A ESTABILIDADE ECONÔMICA ENTRE OS TRÊS GOVERNOS:

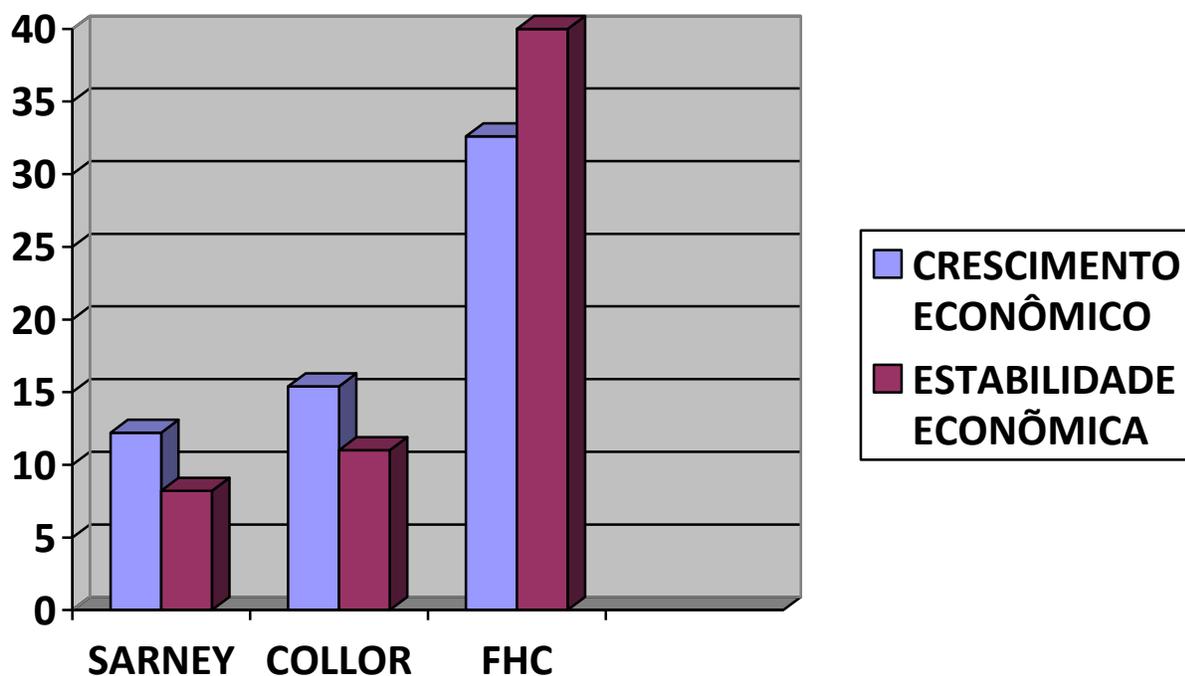


Gráfico elaborado pelo autor

## 2.2- Histórico de Renda Média

A distribuição de renda começou a ter melhora na gestão de Geisel juntamente com o aumento do bem-estar das massas que não participaram do rápido crescimento havido nos 'anos do milagre'. Essas políticas de aumento salarial foram introduzidas no final da década de 70, a grande questão era se efetivamente elas melhoraram a distribuição da renda e se não estavam pressionando a inflação. Mas isso não significou uma melhor situação do trabalhador médio visto que a recessão se instalou em 1981 (BAER, Wener, p.127,2003).

Como exposto por Baer (2003), os salários tiveram aumentos reais até o começo da década de 80. No entanto, a notória concentração de renda do Brasil agravou-se em meados da década: a fatia da classe superior aumentou de 63,4% em 1986 para 68,1% em 1989, caindo ligeiramente para 65% em 1990 e a fatia inferior caiu de 3,2% em 1986 para 2,2% em 1989, subindo levemente para 2,6% em 1990.

Houve um declínio no bem-estar da força de trabalho e em 1991 havia um aumento considerável de trabalhadores não registrados e um aumento de trabalhadores autônomos após 1986, indicando crescimento do setor informal.

Constata-se uma inaceitável estabilidade da desigualdade da distribuição de renda no Brasil no último quarto de século (BARROS, HENRIQUES & MENDONÇA, 2000 apud HOFFMAN, 2002). Entre 1993 e 1995 os rendimentos médios e medianos aumentaram, acompanhados pela redução das medidas de pobreza absoluta, mostrando a proporção de famílias que têm determinados bens duráveis (HOFFMANN, 2002).

E, segundo Hoffmann (2002), até 2001 houve uma substancial redução da desigualdade da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas.

## 2.3- A ASCENSÃO DA CLASSE MÉDIA E O CONSUMO

Pela evolução histórica da economia brasileira expostas anteriormente, criou-se um contexto propício para o crescimento da classe média: juros menores (ainda os

mais altos do mundo), inflação controlada, sistema bancário estruturado, aumento da renda média, maior oferta de crédito e a abertura econômica. Destaque-se dentre esses os programas sociais oferecidos pelo governo Lula que, mesmo com controvérsias, influenciaram na redução da miséria. Entretanto, não foi a bolsa família o principal responsável pela recente mobilidade social positiva. Foi o aumento do salário mínimo.

Segundo Ricci (2010), Lula foi o vetor de um novo processo de modernização, capaz de gerar a inserção de amplas massas despossuídas (muitas delas abaixo da linha pobreza) ao mercado de consumo de classe média. E tal inserção não se deu pelas políticas de inclusão ou sociais e sim pelo consumo.

Ricci (2010) também afirma que, desde 2002, as possibilidades de ascender da classe C para a A nunca foi tão alta, e a de cair para classe E nunca foi tão pequena. Em 2008 já era composta por 91,8 milhões de brasileiros. Dentro desse contexto, haveria uma grande possibilidade de aquecimento do mercado imobiliário, da linha branca de consumo durável, de aumento da esperança de vida no país.

Em estudo publicado pela Fe-comércio (2012), as famílias puderam aumentar não só suas despesas, mas com a qualidade delas. As pessoas estão comendo mais fora de casa e estão gastando 4,2% a mais no consumo de carne bovina de primeira e reduziram em 11,8% o consumo de frango. Não só na alimentação houve melhora, a partir de 2000 as famílias têm acesso aparelhos celulares, eletrodomésticos e até mesmo automóveis, que estão mais baratos devido ao avanço tecnológico.

Já até 2001, houve uma considerável diminuição da desigualdade de renda entre os economicamente ativos (Hoffmann, 2010). E de 2002 a 2010 o rendimento médio real cresceu 4,9% e o desemprego que em 2002 era de 11,7%, em 2010 se encontrava em 6,7% e massa real dos salários aumentou algo em torno de 20% no mesmo período, segundo a Fe- comércio (2012).

Com todo esse crescimento, há de se destacar o grande potencial de consumo dessa nova classe média. Segundo a Fe-comércio (2012), o comércio varejista foi um dos mais privilegiados com essa mudança. De 2004 a 2010, a taxa média de crescimento foi de 9% ao ano, concluindo-se daí que desde então o comércio quase dobrou de tamanho. O estudo da Fe-comércio afirma que o grande crescimento do PIB

nos últimos anos deveu-se principalmente à classe média e que 64% do PIB correspondiam ao consumo das famílias.

Segundo o estudo da Fe-comércio (2012), em 2003, 51% das famílias viviam com uma renda mensal média de 2,5 salários mínimos, o que representava 15% da renda total das famílias brasileiras. Entretanto, 4% das famílias brasileiras que tinha renda média acima de 50 salários detinham 31% da renda das famílias. Mas em 2009, segundo o mesmo estudo, a base da pirâmide encolheu de 51% para 39% das famílias e o seguimento mais rico teve sua participação na renda total reduzida a 23%.

#### 2.4- Classe Média frente aos altos juros e inflação controlada- Perspectivas

Percebe-se que durante essa década, o governo Lula adotou uma política de austeridade e sensatez, buscando a estabilidade da economia, mesmo que, às vezes, sacrificando o crescimento econômico. O poder de compra dos brasileiros não foi deteriorado mais como na época da hiperinflação porque quando a inflação dava sinais de descontrole o Banco Central usaria instrumentos monetários restritivos como o aumento da taxa de juros (Selic).

Em 2011, o Brasil passou do comando de Lula para Dilma Rousseff. Da mesma linha ideológica e política, esse novo governo assume o Brasil em um contexto de grandes mudanças, crises financeiras internacionais, câmbio instável, países ricos estagnados e um setor interno muito aquecido, onde o consumo dá resposta rápida às variações inflacionárias e de juros.

Como mostrado em todo o histórico econômico das últimas duas décadas, a inflação, o câmbio e os juros têm forte influência no setor interno de consumo, devido as suas complexas inter-relações. Por isso, a conjuntura de crescimento econômico e de consumo de 2011 e 2012 no Brasil será analisada para poder embasar ações concernentes às políticas das variáveis mais influentes dentro do setor interno brasileiro.

Segundo o Boletim de Conjuntura Econômica da Fundação Oswaldo Cruz (2011) as medidas macroeconômicas da Presidente Dilma Rousseff se mostraram com mais coordenação e harmonização dentro da política monetária, cambial e fiscal.

Referente à política monetária, observou-se uma maior flexibilidade quanto ao regime de metas de inflação, ou seja, um aumento no prazo da convergência ao centro da meta. Coordenado por Alexandre Tombini o Banco Central não só mais dispôs das taxas de juros para controlar a demanda agregada, como lançou mão de medidas macro prudenciais de controle de crédito, tais como recolhimento compulsório dos depósitos a prazo, adicional compulsório sobre depósitos à vista e alíquota de IOF sobre operações de empréstimo. Tais medidas foram adotadas devido ao aumento do crédito para pessoas físicas em aquisições de carros e crédito consignado.

Entre janeiro e julho de 2011, a meta da taxa Selic foi levemente elevada. Mas em agosto, para a surpresa do mercado, o governo derrubou a taxa em 0,5 ponto percentual embora o IPCA em 12 meses estivesse bem acima do centro da meta. E em outubro mais um corte de 0,5 pontos, sob a justificativa da piora do cenário externo pelas crises das economias, o que poderia impactar no comércio exterior brasileiro e no crescimento (Boletim de Conjuntura Econômica da Fundação Oswaldo Cruz, 2011).

Segundo o Boletim da Fundação Oswaldo Cruz (2011), a apreciação cambial iniciada em 2011 tornou-se uma grande preocupação para o governo porque reduziu a competitividade dos produtos brasileiros, o que prejudicou a indústria nacional. Como medida, a política cambial usou do acúmulo de reservas e a redução da volatilidade do preço da moeda estrangeira. Também em janeiro, o Banco Central anunciou a criação de um depósito compulsório de 60% do valor das posições vendidas em câmbio e assumidas pelos bancos que excedessem US\$ 3 bilhões ou o patrimônio de referência.

De março a julho de 2011, o dólar caiu a R\$ 1,54, pressionando o Banco Central a aumentar a alíquota de IOF e editar medida provisória de desestímulo às operações especulativas com derivativos cambiais. Mas a política cambial não só fez uso de controle de capitais stricto sensu, mas também de mecanismos de regulação financeira prudencial e medidas como foco nas transações do mercado de derivativos (Boletim da Fundação Oswaldo Cruz, 2012).

Segundo o Boletim da Fundação Oswaldo Cruz (2012), as contas públicas poderiam aliviar as pressões sobre a política monetária. O governo Dilma apresentou um bom desempenho proporcionado pela altíssima arrecadação.

As taxas de desemprego continuaram a cair, porém nos setores como Comércio e Construção Civil houve queda no crescimento de empregos formais, explicado pela restrição ao crédito. Em outubro a taxa SELIC estava a 11,50%, a qual, juntamente com outros fatores externos, levou à desvalorização do câmbio. A grande preocupação do governo de Dilma para o final de 2011 foi a inflação que estava muito próxima do teto da meta (Boletim da Fundação Oswaldo Cruz, 2012).

#### 2.4.1- Impactos previstos

A política de valorização do salário mínimo, implantada em 2007, teve por objetivo corrigir a perda do poder de comprar dos agentes econômicos e propiciar o aumento da renda, gerando consumo e crescimento do PIB. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e a variação real do PIB de dois anos anteriores foram os instrumentos utilizados para o reajuste. O salário mínimo de 2012, segundo a Revista Exame (2012), teve reajuste de 14,2%, passando de R\$ 545,00 para R\$ 622,00. Descontando-se a inflação registrada em 2011, o aumento real do salário mínimo foi de 9,2%.

Segundo o Boletim das Faculdades Oswaldo Cruz (2012), a expectativa de crescimento do PIB de 2012 foi menor que o aumento real do salário mínimo de 8%. Isso causou indexação dos preços com o aumento do salário, já que o maior custo de mão de obra pode ser repassado ao preço final.

Ora, o salário mínimo, como um preço da economia, impacta diretamente na inflação pois quando incrementado ele tende a aumentar o consumo e o interesse em crédito para consumo de longo prazo e o governo, em resposta, adota medidas contracionistas para cumprir o orçamento e proteger os investimentos realizados. Mas, historicamente, o governo não se apoiou nessa premissa básica, o que acarretou em “proteções inflacionárias” pelos agentes, característica dos períodos de inflação (Boletim da Fundação Oswaldo Cruz, 2012).

O Boletim das Faculdades Oswaldo Cruz (2012) mostra que o governo tem mostrado nova postura no combate à inflação. Historicamente o aumento da taxa de juros era o único instrumento usado para conter o consumo, hoje, o governo adota a

restrição de crédito e os ajustes fiscais para isso. Tal conduta pode diminuir o impacto do aumento salarial na inflação.

Mas o 'grande vilão' das pressões inflacionárias são os serviços. Estes não sofrem impactos do setor externo e são muito sensíveis às flutuações econômicas.

A previsão para o fim de 2012, segundo o Boletim das Faculdades Oswaldo Cruz (2012), era que a alta dos preços dos serviços encerrasse em 8,2%

A análise do contexto econômico de 2012 revelou a tendência do uso de medidas macro prudenciais ortodoxas e políticas fiscais contracionistas para conter os impactos causados pelo maior poder de consumo das classes menos favorecidas.

Segundo o Boletim das Faculdades Oswaldo Cruz (2012), esse será o grande empecilho do Banco Central, que diz que só atingirá o centro da meta ao final de 2012, podendo causar problemas de liquidez na economia e comprometer o crescimento dos próximos anos.

## PLANO REAL: CONSIDERAÇÕES

Para o melhor entendimento do plano real é necessário o esclarecimento de alguns tópicos referentes às questões relacionadas ao plano real tais como:

✓ **Bandas Cambias:** É um sistema econômico, que no Brasil foi utilizado pelo Banco Central do Brasil, no plano real, onde ele estabelece uma faixa ou banda em que o câmbio flutua livremente. Em termos conceituais, a taxa de câmbio é equilibrada quando reflete a competitividade externa do país e a confiança sobre os fatores macroeconômicos fundamentais da economia. Neste sistema usa-se a taxa de juros com atrativo de capitais externos para acumular as reservas internacionais. Assim a banda cambial é sustentada e controla a inflação.

✓ **Balança de pagamentos:** é um instrumento da contabilidade nacional referente à descrição das relações comerciais de um país com o resto do mundo. Ele registra o

total de dinheiro que entra e sai de um país, na forma de importações/exportações de produtos, serviços, capital financeiro, bem como transferências comerciais.

✓ Endividamento:

Ocorreu na época da hiperinflação, pois usava-se a emissão de moeda para financiar o déficit público. Quando se acabou com a hiperinflação, o déficit público passou a ser financiado com a emissão de dívida pública, produzindo-se um endividamento em bola de neve e uma taxa de juros real elevada que inibiu o crescimento econômico.

✓ Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): LRF oficialmente Lei Complementar nº 101, é uma lei brasileira que tenta impor o controle dos gastos de estados e municípios, condicionado à capacidade de arrecadação de tributos desses entes políticos. Tal medida foi justificada pelo costume, na política brasileira, de gestores promoverem obras de grande porte no final de seus mandatos, deixando a conta para seus sucessores. A LRF também promoveu a transparência dos gastos públicos.

✓ FMI: O Fundo Monetário Internacional (FMI) busca estimular a cooperação monetária global, proteger a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover altos níveis de emprego e crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza em todo o mundo. Fundado em 1945, o FMI é administrado pelos governos de seus 188 países membros quase todos os países do mundo aos quais presta contas.

✓ Plano Real

Plano real foi o programa brasileiro de estabilização econômica que promoveu o fim a inflação elevada no Brasil, situação que já durava aproximadamente 30 anos. Até então, os pacotes econômicos eram marcados por medidas como o congelamento de preço. O plano passou por três fases: o programa de ação imediata, a criação da URV (unidade real de valor) e a implementação da nova moeda, real.

O PAI – Programa de Ação Imediata foi um conjunto de medidas econômicas elaborado em julho de 1993, que preparou o mercado para o lançamento do plano real um ano depois. Entre as principais medidas adotadas estão o corte de gastos públicos, recuperação da receita, austeridade do relacionamento com estados e municípios, ajuste nos bancos estaduais, redefinição dos bancos federais, e privatizações.

Segunda etapa do plano real, a criação do URV ocorreu em 27 de maio de 1994, inicialmente convertendo os salários e os benefícios previdenciários, promovendo a neutralidade distributiva.

No dia 30 de junho de 1994, foi editada a medida provisória que implementou a nova moeda, o real. Essa era a terceira fase do plano. Todo programa tinha como base as políticas cambiais e monetárias. A política monetária foi utilizada como instrumento de controle dos meios de pagamentos (saldo de balança comercial de capital e de serviços), enquanto a política cambial regulou as relações comerciais do país com os demais países do mundo.

Foi estabelecida a paridade nos valores de reais e dólares, definidos através da política de intervenção na qual o governo promoveu a venda de dólares e o aumento das taxas de juros nos momentos de pressão econômica.

O capital especulativo internacional foi atraído pelas altas taxas de juros, o que aumentou as reservas cambiais, mais causou certa dependência da política cambial a esses investimentos não confiáveis em caso de oscilações econômicas.

As políticas econômicas neoliberais originadas no governo Collor foram reforçadas, através de políticas públicas como: a privatização de empresas estatais, a abertura do mercado, da livre negociação salarial e da liberação de capital, entre outras. Tais medidas alteraram o padrão de acumulo de capital do Brasil e mesmo após algumas crises econômicas internacionais a política econômica foi revista e modificada, mas a estabilidade da moeda permaneceu, se comparado com as décadas anteriores ao Plano Real que perdura até hoje.

### **3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO**

O objeto de estudo utilizado para esse trabalho foi o antigo e atual cenário econômico brasileiro.

##### **3.1.1 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA**

O estudo foi realizado através da busca em estudos bibliográficos para melhor obtenção de informações, constatação de alguns artigos publicados, livros referentes ao assunto voltados diretamente para a ideia proposta e trabalhada nesse projeto. Sendo que o maior objetivo do trabalho foi buscar informações que ainda são condizentes, para que se pudessem gerar informações precisas para que o trabalho fosse desenvolvido, e uma junção com os dados literários obtidos em livros, artigos e outros. Quanto a abordagem, a pesquisa é qualitativa, direcionada para o âmbito social.

##### **3.2.2 COLETA DE DADOS**

Utilizou-se o método descritivo, pois observamos, registramos, analisamos, descrevemos e correlacionamos fatos e fenomenos sem manipulá-los, fazendo apenas a descrição e análise dos dados obtidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um “efeito dominó”, as crises financeiras que aconteceram no passado, continuam afetando os dias de hoje. Atualmente, o Brasil está sendo abalado por uma grave crise política, com reflexos na economia, e sem perspectivas de crescimento. Em vista disso, a situação do país, provoca grandes preocupações tanto internas, quanto externas, pois sua economia está piorando a cada dia. Economia esta, que parecia ser tão poderosa em 2010, agora sofre com um grande encolhimento, cujas previsões para os próximos anos são sombrias e desastrosas. Grandes falhas e decisões erradas, feitas pelo governo na administração atual do país, colaboraram para a eclosão dessa crise política e econômica que o Brasil enfrenta.

A eclosão de uma crise financeira tem em sua essência a alternância de atitudes emotivas irracionais e tomadas de decisões técnicas e impessoais da parte dos agentes econômicos. Para o Brasil, uma profunda reforma tributária seria de grande importância, principalmente para corrigir as distorções no sistema tributário, que está colaborando com a baixa eficiência do funcionamento econômico, fazendo com que o país cresça menos, gerando altos custos e dificultando o desenvolvimento da atividade produtiva do país, que está menor do que poderia ser, atingindo especialmente os mais pobres. A alta taxa tributária imposta aos brasileiros, por possuir maior foco no consumo, é uma das grandes dificuldades enfrentada por todos, que pagam mais por suas compras, por terem o valor de impostos incluso no preço final do produto. Sendo assim, brasileiro, tem que trabalhar durante os cinco primeiros meses do ano, somente para pagar impostos. A economia brasileira passa por momentos críticos e de recessão, deparando com um quadro caótico, que misturará taxas de crescimentos negativas, impostos e juros classificados entre os mais altos do mundo, orçamentos desequilibrados, investimentos em queda.

Entre tantas falhas na economia brasileira, as que mais prejudicaram o desenvolvimento do país, foram à má administração dos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva, seguido por Dilma Rousseff. Pode-se dizer que, essas falhas, entre outras, são consequências de falta de planejamento, pois, se os mesmos adotassem

regras em seu governo, poderiam ter evitado todos esses problemas, mantendo assim uma economia estável, sem se preocupar em aumentar impostos, taxa de juros, restrição de crédito, fazendo com que uma coisa piore a outra.

Criar novos impostos não será a melhor saída, podendo piorar a crise, visto que os contribuintes não conseguem acompanhar a tributação em alta, e conseqüentemente a atividade econômica despencará. Pois, a fim de tentar reduzir as dívidas causadas, o governo está gerando um grande desaquecimento na economia, atingindo drasticamente muitas empresas, que decretaram falência, e demitiram seus funcionários, colaborando para que o desemprego atingisse um de seus menores níveis históricos. Com a economia desaquecida, juros altos, inflação crescente e impiedosa carga tributária, não é raro empresas virem de uma hora para outra seus passivos se agigantarem, não por culpa de sua gestão, mas sim pelas catastróficas conseqüências da crise hoje vivenciada pela economia brasileira. Infelizmente, o governo está preocupado em “dar o peixe” e não a “ensinar a pescar”.

Notícias sobre a crise atual tornaram-se frequentes na mídia, com repercussões mundiais, visto que a mesma é conseqüência das crises passadas, juntamente, com a ausência de pessoas preparadas para governar o país, proporcionando, falhas na administração do governo brasileiro, com exageros nos gastos públicos e desacertos na condução das políticas econômicas e tributárias, que ao longo do tempo, estão à deriva, comprometendo a economia do país. O rebaixamento brasileiro na taxa de crédito foi um dos colaboradores mais fortes e atuais da crise econômica, em razão do mesmo ter refletido na desaceleração da economia do país. A situação econômica do país é grave, séria, e tudo indica que os brasileiros devem se preocupar e preparar para tempos difíceis. Perante isso, o governo necessita com urgência fazer algo para reaquecer a economia do país, começando pelo corte de gastos desnecessários, para então tenta reequilibrar as contas públicas. Tudo indica que a recuperação da economia brasileira, infelizmente será lenta e de longo prazo, podendo não haver crescimentos na economia antes de 2018, e para os mais pessimistas, só após 2020, tendo em vista, que a crise atual está sendo pior que a ocorrida em 1929, que levou cerca de doze anos para o equilíbrio mundial.

Para que a situação do país não fique pior do que já está, seria imprescindível que os responsáveis em administrar e governar o país, se mexessem, saindo da zona de conforto, tendo no mínimo responsabilidade e consensos políticos, econômicos, tributários, que são consideradas, como situações de extrema urgência para salvar o país, a fim tentar resgatar da ruína em que se encontra. Assim sendo, criar novos impostos não será a melhor saída, podendo piorar a crise, pois os contribuintes não conseguem acompanhar a tributação em alta, e conseqüentemente, a atividade econômica despencará, tornando impossível retomada de qualquer tipo de alinhamento econômico e financeiro no país. Posteriormente, acredita-se que, no país haverá uma possível reorganização, tendo como base os pontos negativos da crise atual, no qual levarão a um desenvolvimento, com oportunidades de crescimento, mantendo sua sobrevivência diante os demais países.

## REFERÊNCIAS

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 2.ed. São Paulo: Nobel, 2012

DIAS, E. L. C. **A Crise Econômica de 2008 e o Sistema Financeiro Nacional na Perspectiva pós-Keynesiana**. Finanças Públicas – XV Prêmio Tesouro Nacional – 2010. GUÉNON, R. **A Crise do Mundo Moderno**. São Paulo: Constantino Kairalla Riemma, 2007.

FACULDADES OSWALDO CRUZ. **Boletim de Conjuntura Econômica**. 2011

FECOMÉRCIO SÃO PAULO. **A Evolução da Classe Média e o seu Impacto no Varejo- diagnósticos e tendências**. São Paulo: Fischer2, 2012.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HOFFMANN, Rodolfo. **A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001**. In **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 213-235, jul./dez. 2002.

RICCI, Rudá. **Lulismo: Da era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira**. Brasília: Contraponto, 2010.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

**Revista de Economia Política e História Econômica**, número 22, agosto de 2010. <https://web.bndes.net/bib/jspui/handle/1408/2283> acessado em 02 de outubro de 2016

TATIM, Denise Carvalho; DIHEL, Astor Antônio. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas- Métodos e Técnicas**. São Paulo: Pearson Pretence Hall, 2004.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia brasileira contemporânea**, São Paulo: Atlas, 1999.

VASCONCELLOS, M. A. S. de; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MELLO, P. C; SPOLADOR, H. F.S. **Crises Financeiras: Uma História de Quebras, Pânicos e Especulações do Mercado**. 2. ed. São Paulo: Saint Paul, 2007.

PEREIRA, E. M. **O Ouro Negro: Petróleo e suas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais na 2ª metade do século XX. Outros Tempos-** Dossiê Religião e Religiosidade. V.5, n.100, dez., p.54-72, 2008.

<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2013/04/21/inflacao-x-taxa-de-juros-especialista-analisa-momento-economico/> acessado em 08 nov.de 2016

<http://www.logisticadescomplicada.com/a-relacao-entre-os-juros-a-taxa-selic-e-inflacao/> acessado em 10 nov.2016

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/04/130409\\_inflacao\\_entenda\\_lgb.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/04/130409_inflacao_entenda_lgb.shtml) acessado em 18 nov.2016

[www.elosolucoes.com.br/internas.php?secao=cenarios](http://www.elosolucoes.com.br/internas.php?secao=cenarios) acessado em 15 nov. 2016

<http://noticias.r7.com/economia/noticias/plano-collor-que-confiscou-apoupanca-completa-20-anos-20100316.html> acessado em 20 nov.2016.